



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR

Processo nº: 3000142-50.2013.8.26.0566
Classe - Assunto: Termo Circunstanciado - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético
Documento de Origem: Termo Circunstanciado, Ofício - 133/2013 - 1º Distrito Policial de São Carlos, 1403/2013 - 1º Distrito Policial de São Carlos
Autor: Justiça Pública
Autor do Fato: LUIZ FORMENTON
Vítima: O MEIO AMBIENTE

Aos 30 de outubro de 2013, às 15:25h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. 1º Juiz de Direito Auxiliar, Dr(a). **DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência preliminar** em que figura como autor do fato LUIZ FORMENTON. Presente o Promotor de Justiça, o Drº **Rafael Amâncio Briozo** – **Promotor de Justiça Substituto**. Apregoado o processo verificou-se o comparecimento do autor dos fatos, acompanhado de defensor, o Drº **Auster Albert Canova** – **OAB/SP 142.486**. A seguir, tratando-se de ação penal pública incondicionada pelo Dr(a). **Promotor(a) de Justiça**, entendendo não ser caso de arquivamento, propôs a aplicação imediata da pena nos seguintes termos: “MM. Juiz: O Ministério Público, pelo seu órgão que ora o representa, considerando o disposto no art. 76 da Lei 9.099/95 e estando presentes os requisitos legais, propõe ao(s) suposto(s) autor(es) do fato a pena de prestação pecuniária no valor de R\$250,00. **Pelo autor da infração e defensor foi dito que aceitavam a proposta de pena oferecida pelo Ministério Público. Pelo MM. Juiz foi dito:**“Vistos. O Ministério Público propôs a aplicação imediata da prestação pecuniária no valor de R\$250,00. Posto isto, considerando que estão preenchidos os requisitos legais previstos na Lei 9.099/95, **HOMOLOGO A TRANSAÇÃO e aplico ao autor do fato a pena prestação pecuniária no valor de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais), mediante depósito judicial, nos termos da resolução do CNJ. Efetuado o depósito, expeça-se alvará de levantamento. A prestação poderá ser paga em duas parcelas de R\$125,00, sendo a primeira em 10.12.2013 e a segunda em 10.01.2014.** Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados, especialmente o acusado, registre-se e comunique-se, procedendo-se em seguida as anotações. A presente decisão não deverá constar de certidão de antecedentes criminais, observando-se a aplicação do artigo 76, §4º e 6º, da Lei 9099/95. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, CARLOS ANDRE GARBUGLIO, digitei.

MM. Juiz(a):

Promotor(a):



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

Defensor:

Autor: